

KAROLINA PAZ DE MATOS

**DESAFIOS E FRAGILIDADES DA PROFISSÃO DE PESCADOR
ARTESANAL: O CASO DA Z – 10 DO PARÁ**

BELÉM

2017

KAROLINA PAZ DE MATOS

**DESAFIOS E FRAGILIDADES DA PROFISSÃO DE PESCADOR
ARTESANAL: O CASO DA Z – 10 DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Valerie Sarpedonti.
Instituto de Ciências Biológicas – UFPA.

BELÉM

2017

KAROLINA PAZ DE MATOS

**DESAFIOS E FRAGILIDADES DA PROFISSÃO DE PESCADOR
ARTESANAL: O CASO DA Z – 10 DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof^ªDr^ª Valerie Sarpedonti
Instituto de Ciências Biológicas - ICB/UFPA

Avaliador: _____

Instituição: _____

Avaliador: _____

Instituição: _____

BELÉM

2017

“Tu, senhor, guardará em perfeita paz aquele cujo propósito está firme, porque em ti confia.”

ISAÍAS 26:3

Dedico a minha mãe e ao meu pai por todo o esforço para me manter estudando em outros lugares estando longe deles e da minha cidade natal; e ao meu companheiro, por toda paciência depositada em mim, durante a construção da minha monografia. Dedico também a minha filha querida que, depois de Deus, é a luz dos meus dias e a motivação que me inspira a ser uma pessoa melhor e uma mãe mais dedicada.

Foi muito penoso, mas cá estamos!!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao Nosso Senhor Jesus Cristo por todas as minhas conquistas e por cada degrau que subi rumo ao limiar que se encontra a minha vida, tanto acadêmica quanto pessoal. Hoje, meu Deus, Tu és quem me sustenta firme em todos os momentos da minha existência.

Também sou grata aos meus pais Izabel Ferreira Paz e Alderi de Deus Matos que se doaram e dedicaram na minha criação, contribuindo com tudo que tinham para a educação e construção do ser humano que sou hoje, amo-os com a veemência que Jesus dedicou a sua mãe Maria e com a profundidade dos sentimentos das musicas de Roberto Carlos. Um espaço especial aqui para os meus tios Alcir Silva, Aldemira Matos, Célio Maia e Judith Paz, para demonstrar o apreço que tenho por vocês, a importância que tiveram para mim e por terem me apoiado de forma incondicional nesses 4 anos e 4 meses de graduação.

À minha querida filha Sophia Izabela de Matos Oliveira que ao meio do curso foi enviada a mim como um anjo de luz, para fortalecer-me com sua doçura, beleza, inteligência e macaquices sem fim, fazendo brotar em mim, o mais puro e verdadeiro amor. Eu juro, eu a ouvi dizer “*mamãe*” quanto ela tinha 2 meses de idade.

Não menos importante agradeço imensamente ao meu namorado/marido/amigo Samuel Oliveira pela sua imensurável participação na conclusão dessa etapa de minha vida. Em muitos momentos e por diversas razões a única saída aparente era a desistência ou a interrupção de minha graduação e foi você, meu querido Samuel, que se dispôs e me ofereceu condições para continuar. Dentre as muitas adversidades que vivemos, foi você que me indicou o norte, que me consolou e fez por mim, o que ninguém nunca havia feito, por isso e por todo o resto, tens a minha mais profunda e sincera gratidão.

À minha orientadora professora Valerie Sarpedonti que desde quando adentrei em seu grupo de estudos, se manteve disposta a sempre ajudar, manifestando gestos de afeto e carinho. Graças à senhora e com cada sugestão sua, este trabalho ganhou um novo brilho.

Aos queridos MIGOS Juliana/*BambúGirl*, Lilian/*Boys Platônicos*, Teresa/*Sequencia TTBox*, Karoline/*Dildo da veia*, Artur/*Diferentão das humanas* e Sidney/*Madonna Sidbney* que desde quando os conheci, no inicio do curso, contribuíram para que a minha vida acadêmica tenha sido mais leve, por termos compartilhado tantas emoções, experiências, vivencias, aprendizado e atravessamentos, me proporcionando a honra de conhecer os serumaninhos mais especiais e treteiros que você respeita (rsrsrsrsrs).

Por ultimo, agradeço ao restante dos meus familiares (seus nomes não cabem nestas paginas), pelas tantas vezes que me aconselharam e se preocuparam com o meu bem estar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
MATERIAL E MÉTODOS	5
RESULTADOS	9
QUANTO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PESCADORES ARTESANAIS DA Z-10 DO PARÁ.....	9
QUANTO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS COM FILHOS DE PESCADORES DA Z- 10 DO PARÁ	12
DISCUSSÃO	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ANEXOS	26
ANEXO I – Modelo de questionário semiestruturado aplicado aos pescadores	27
ANEXO II – Modelo de questionário semiestruturado aplicado aos filhos dos pescadores.	28
ANEXO III – Cartilha.....	29

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo, a) o Brasil; b) o estado do Pará; c) o distrito de Icoaraci e as ilhas pertencentes à Zona 10 de pesca de Belém do Pará.	5
Tabela I. Cronograma de aplicação das entrevistas, realizadas durante quinzenas previamente demarcadas em intervalos de quatro semanas.	6
Figura 2. Embarcação padrão usada pelos pescadores da Z-10 do Pará.....	9
Figura 3. Uso da cartilha na escola, a) e b) isenção ao acervo da biblioteca; c) e d) cartilha sendo lida pelos alunos.....	12
Figura 4. Porcentagem (%) de pais e mães que tiveram acesso à educação em relação aos diferentes níveis de ensino.....	14
Figura 5. Diagrama da cadeia produtiva da pesca artesanal na Z-10 do Pará.	17

RESUMO

O presente trabalho levanta questionamentos e discute acerca da profissão de pescador artesanal atuante na Z-10 do estado do Pará. A coleta de informações deu-se por meio de dois questionários semiestruturados, onde um está voltado para a figura do próprio pescador e o outro se volta para os filhos destes. O primeiro foi realizado nos pontos de comercialização do pescado e norteia-se por três tópicos principais, (i) trabalho e tradição, (ii) economia e sustentabilidade e (iii) legislação e associação, sendo o gênero textual cartilha escolhido para a divulgação das informações obtidas. O segundo foi realizado em escolas públicas de ensino e também segue três tópicos principais, (i) pesca artesanal como atividade de sustento, (ii) projeção para o futuro e (iii) escolarização da profissão. Dentre os resultados obtidos como primeiro questionário, os pescadores começaram na atividade em média aos 12 anos de idade e 67% não incentivam os seus filhos a seguir a profissão, considerando que 90% vislumbram um futuro difícil para a atividade. Desses, 90% possui um vínculo de dependência chamado “rol de pesca” e 89% o considera vantajoso. Atividades denominadas de “bico” são praticadas por 38%, e 62% trabalha exclusivamente com a pesca. Todos alegam conhecer o período defeso, porém 76% destes não param de pescar durante a sua vigência, pois a colônia Z-10 não resguarda os seus direitos. Quanto à fiscalização a maioria (62%) diz ser inexistente e outros (38%) dizem ser esporádica sendo realizada vez ou outra. Os resultados do questionário realizado com os filhos dos pescadores revelam que 52% se consideram pescadores e afirmam ter começado em média com nove anos de idade. Quanto à renda obtida, 36% afirmam que é estável, sendo que o restante (64%) não soube informar. Nota-se a predominância de uma maior proporção de homens no exercício da atividade (57%). Quanto ao futuro da profissão, 59% não se sentem motivados a exercer a atividade e 63% não desejam seguir a profissão de pescador. Dos filhos, a maioria (91%) diz frequentar à escola porque são incentivados por seus familiares e estes últimos, alcançaram todos os níveis de ensino. Os conhecimentos acerca da prática da pesca artesanal são repassados de geração para geração e os ensinamentos dão-se ainda na infância, reforçando o poder que os laços familiares detêm no convívio com a profissão, porém essa forma de conhecimento está sofrendo uma crescente desvalorização já que os próprios pescadores vêem o futuro da atividade como incerto e isso reforça a diminuição de interesse voltado à atividade. Por essa razão, usou-se o gênero textual Cartilha como forma de sensibilizar a sociedade, pois ela desempenha um papel social no momento em que circula na sociedade ou em determinado grupo social. Os pontos acima enfraquecem a profissão como um todo, pois enquanto os pescadores alternam a pesca com outras atividades remuneradas, os seus filhos tendem a abandonar a atividade por falta de incentivos e, se essa situação se mantiver, chegará o momento que não haverá pescadores artesanais na zona 10 do Pará.

Palavras-chave. Pescador artesanal, educação ambiental, estudo de caso, cartilha.

INTRODUÇÃO

A pesca é uma das atividades mais antigas que a humanidade desenvolveu para obter alimentos (Silva, 2007). Hoje em dia ela se tornou uma das principais atividades econômicas do mundo, seja a nível artesanal ou industrial, com 56,6 milhões de pessoas empregadas no setor primário da pesca de captura e aquicultura e um consumo de aproximadamente 20 kg de pescado por pessoa para os anos de 2014 e 2015. Deste montante, 11,4 milhões de toneladas são provenientes de águas continentais (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; FAO, 2016). O Brasil conta com uma costa litorânea de 8,4 mil quilômetros e 5,5 milhões de hectares de reservatórios de água doce (Associação Cultural e Educacional Brasil; ACEB, 2014), ocupando o 19º lugar no ranking mundial de produção do pescado e, dentre os países da América do Sul, ocupa o 3º lugar. Ele registra 1 milhão e 41 mil pescadores dos quais em sua quase totalidade (99,16%) exercem a atividade artesanalmente (Ministério da Pesca e Agricultura; MPA, 2012). Em 2011, a pesca extrativista continental contribuiu com 17,4% da produção nacional, sendo que 22,8% resultaram das atividades da região Norte, com destaque para o estado do Pará, segundo maior tanto em produção do pescado – 10,7% (MPA, 2011) – quanto em número de pescadores artesanais distribuídos em seu território (36,8%), atrás apenas no Nordeste com 46,99% (MPA, 2012).

A pesca artesanal é praticada de diversas maneiras em diferentes lugares tanto no Brasil como no mundo, dado o seu modo de existir singular, a sua forma de organização social e seus conhecimentos serem transmitidos de geração para geração. De acordo com Chamy (2004), a pesca artesanal é definida como as diferentes formas de apropriação dos recursos do mar por grupos sociais com base nas trajetórias históricas da sua cultura. Já Silva & Leitão (2012) a definem como uma atividade produtiva pouco mecanizada que conta apenas com o empenho e força do corpo humano empregando motores de pouca potência em pequenas embarcações. A FAO (2005) ainda define essa categoria de pesca como prática que envolve famílias de pescadores que dependem de pequena quantidade de capital, fazendo curtas viagens perto da costa em pequenas embarcações onde os produtos das pescarias são para consumo local. A Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009 (Brasil, 2009), define pesca artesanal como sendo uma modalidade de pesca que é realizada com ajuda de membros da família, fazendo uso de embarcações de pequeno porte, além disso, em seu artigo 8º é categorizada como praticada por pescador profissional, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria. Seguindo esse contexto, pode-se também definir a categoria de pescador artesanal como aqueles que utilizam mão de obra familiar ou não assalariada e

captura sem distinção toda classe de espécies aquáticas próximas à costa, pois os seus materiais de trabalho possuem pouca complexidade (Clauzet *et al*, 2005).

Com 1.247.955,381 km² de extensão territorial (IBGE, 2015), 562 km de área litorânea e 123 comunidades litorâneas pesqueiras artesanais (Júnior *et al*, 2006), o Pará é o segundo maior estado do país formado por um vasto estuário, com numerosas reentrâncias e banhado pelas águas altamente produtivas oriundas dos rios Amazonas e Tocantins, (Oliveira *et al*, 2007; Vasconcellos, *et al*, 2007), fato que favorece a existência de pescadores-agricultores que buscam aumentar a extração de recursos para a sua manutenção (Peroni, 2004) exercendo um rol de outras atividades relacionadas ou não com a pesca nos períodos denominados de “entressafra”. Os pescadores artesanais do estado (e do país) são agrupados em colônias formadas por um mínimo de 150 profissionais de pesca organizados socialmente com forma e natureza jurídica própria; as zonas de pesca, por sua vez, são uma organização territorial baseada na disposição espacial das bacias hidrográficas, as quais são definidas de acordo com o período de reprodução dos peixes de cada região (Brasil, 1938; Brasil, 2008). A capital paraense, Belém, se encontra na parte oligohalina do estuário e abriga numerosas espécies de peixes, sejam migratórios ou residentes (Oliveira *et al*, 2013).

A pesca artesanal, por se apoiar essencialmente no equilíbrio do tripé gestão pesqueira/qualidade ambiental/educação, se adéqua às noções de sustentabilidade, conceito que integra a educação ambiental. Esta é uma maneira de o ser humano assumir de forma mais realista a busca de um equilíbrio entre si próprio e o ambiente, além de ter uma ação transformadora e incentivadora como meta (Rego Neto & Batista, 2014), proporcionando uma visão integrada do mundo, no tempo e no espaço e participação das políticas públicas ambientais que ofereçam meios para a compreensão dos fenômenos naturais, das ações humanas e suas consequências (Borges, 2011). No que concerne às pescarias artesanais, a ruptura dessa harmonia observada hoje em dia a nível local e global é devido à crescente fragilidade da profissão, pois o aumento da pesca industrial, com os seus barcos de arrasto que capturam muitas espécies juvenis ou sem valor comercial (Vasconcellos *et al*, 2007), contribuem com uma drástica diminuição dos estoques pesqueiros. Por conseguinte, a carência de debates e discussões que levantem os diversos aspectos do universo desses povos e da sua realidade levam ao desinteresse do poder público em investimentos, qualificação e acompanhamento técnico.

Uma contribuição para o agravamento desse panorama ocorreu no período de 1950, quando o governo militar brasileiro favoreceu a promoção de grandes empreendimentos – barcos industriais, que agravaram os problemas sociais e a reprodução social dessa forma de produção (Capelleso & Cazella, 2011). Frente a essas dificuldades, os pescadores artesanais são obrigados a aumentar o esforço de trabalho com viagens mais longas, mais distantes e mais arriscadas, conduzindo a um maior desgaste físico e emocional que pode alterar o olhar dado à profissão. Assim, destacam-se (i) a necessidade de fornecer informações que possibilitem melhor conhecer a realidade dos pescadores para proporcionar a implementação de leis que realmente contemple e subsidie a sua existência, (ii) a divulgação dessas leis de forma a serem compreendidas pelo público alvo e, em complemento a isso, (iii) a necessidade de auxiliar os pescadores a uma mudança conceitual e de perspectiva juntamente com os seus saberes, a respeito do ambiente que os cerca e da importância da sua preservação, seguindo o enfoque da educação ambiental.

O presente estudo teve como primeiro objetivo analisar a realidade socioeconômica da profissão do pescador artesanal na zona de pesca Z-10 (PA), localizada no Distrito de Icoaraci na Grande Belém, neste caso o enfoque foi voltado para o próprio pescador e os seus conhecimentos e percepções acerca da atividade. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, como preconizado em estudos de casos (Yin, 2001), cujos resultados foram divulgados sob a forma de uma cartilha. A mesma foi divulgada na escola pública Nestor Nonato de Lima, de forma a trabalhar com os alunos temas relacionados à educação ambiental e, mais especificamente, à importância dos recursos aquáticos para a manutenção de um ambiente íntegro e saudável. Para REGO NETO & BATISTA (2014), a educação ambiental vem como uma nova forma de encarar o comportamento e o papel do ser humano de maneira responsável, tratando-a como uma prática de educação para a sustentabilidade. Trabalhar o tema da pesca artesanal no contexto da educação ambiental é um grande desafio, dada a quase inexistência dessa abordagem nas salas de aula de ensino básico.

Englobando todos esses vieses, a divulgação tanto dos dados obtidos com a pesquisa quanto das experiências vivenciadas, constitui caráter essencial para a disponibilização desses dados à sociedade e para a tomada de decisão por parte dos órgãos governamentais. O gênero textual cartilha foi escolhido como forma de maximizar o interesse de todos os tipos de público e sinalizar para a importância do assunto em questão, pois trata de uma profissão que merece destaque, respeito e maior atenção dos órgãos responsáveis pela

sua manutenção. Por essas razões, a cartilha contempla bem essa intencionalidade, por promover a aproximação da população pelo tema abordado. Ao usar imagens, gráficos, gírias e palavras de vocabulário comum, ela permite ao leitor, principalmente os menos privilegiados, maior compreensão das informações expostas (GOMES & MENDES, 2012).

O segundo objetivo do trabalho se propôs a considerar o olhar dos filhos dos pescadores artesanais sobre a profissão, haja vista a mudança nas perspectivas de futuro e no maior acesso dos filhos à educação. Os mesmos foram contatados em seus ambientes de estudo – escolas de ensino básico – e questionados sobre suas percepções e expectativas de futuro enquanto geração mais nova e com potencial para assumir o legado de seus pais.

Desta forma, quais as (des)motivações que levam os pescadores e seus filhos a desacreditarem em um futuro para a profissão frente aos desafios e fragilidades vivenciados diariamente no que diz respeito a sua situação socioeconômica e cultural? Com esse questionamento, é esperado fornecer informações valiosas que contribuam para a construção de uma visão abrangente a respeito do universo que compreende a profissão em destaque e, além disso, tornar pública as suas fragilidades e singularidades na busca de maior valorização e reconhecimento por parte da sociedade em geral.

O presente estudo faz parte de um projeto maior, intitulado “Pescador artesanal: entre leis e sustentabilidade” que apresenta, além dos aspectos socioculturais e econômicos vinculados à profissão, os resultados de desembarque pesqueiro e a caracterização da cadeia produtiva da pesca artesanal, assim como, questões referentes ecologia e biologia dos peixes da região.

MATERIAL E MÉTODOS

O Pará conta com 123 comunidades costeiras de pescadores artesanais (Júnior *et al*, 2006) que pescam em um dos ambientes com maior diversidade e riqueza de espécies do mundo: o estuário amazônico. Este banha a mesorregião metropolitana de Belém e a zona Z – 10 de pesca do Estado do Pará, foco deste estudo. Esta zona abrange o distrito de Icoaraci e 11 ilhas da proximidade, são elas: Ilha Urubuoca; Ilha de Jutuba; Ilha da Barra; Ilha da Onça; Ilha Longa; Ilha do Cotijuba; Ilha Jararaquinha; Ilha de Paquetá; Ilha Mirim; Ilha do Tatuoca; Ilha Nova. (Figura 1).

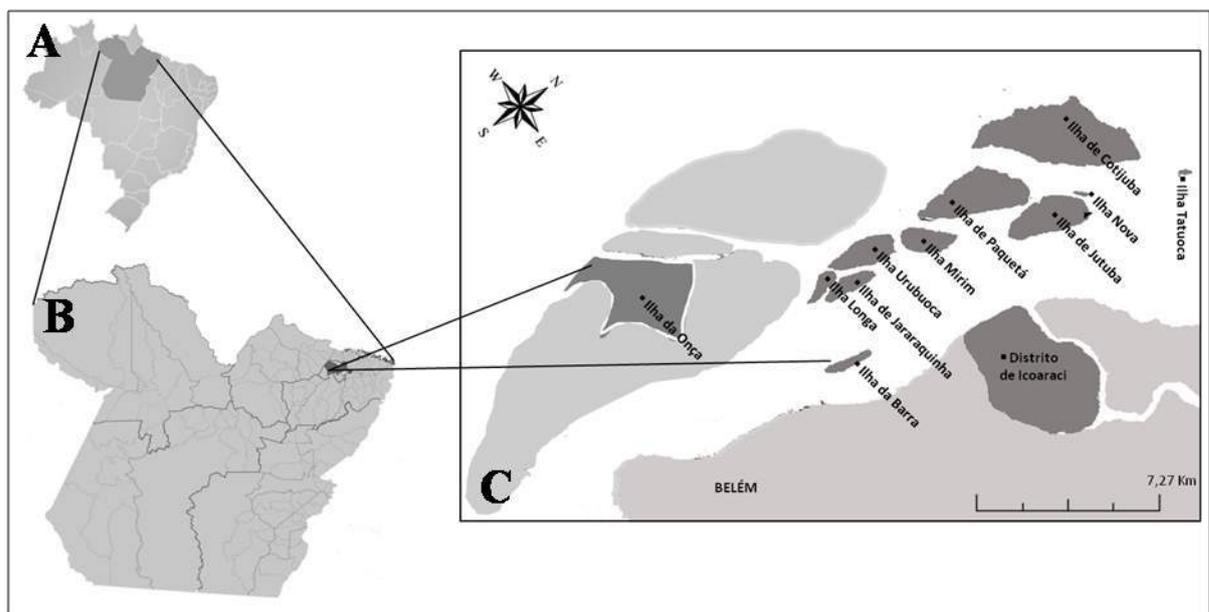


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo, a) o Brasil; b) o estado do Pará; c) o distrito de Icoaraci e as ilhas pertencentes à Zona 10 de pesca do Pará.

Esse estudo contou com a elaboração e aplicação de dois questionários semi-estruturados como recursos de coleta e análise dos dados, pois ele abre possibilidade ao entrevistado de discorrer de forma mais livre e espontânea sobre suas experiências (Lima *et al*, 1999), onde um está (i) voltado para a figura do próprio pescador e (ii) outro volta-se para os filhos destes.

O primeiro questionário contou com a participação de pescadores artesanais da Z-10 do Pará (com a realização de 27 entrevistas), e foi aplicado nos pontos de desembarque e comercialização do pescado no terminal portuário, nas feiras livres e no mercado municipal de Icoaraci, já que são nesses lugares que há o fluxo constante de profissionais da pesca e uma

maior facilidade no estabelecimento de contatos. Este foi aplicado durante os meses de setembro de 2015 a maio de 2016, em períodos de duas semanas consecutivas com intervalo de quatro semanas entre cada período (Tabela I). O diálogo foi estruturado seguindo três tópicos principais que nortearam algumas questões específicas: (i) **Trabalho e tradição**, que buscou averiguar se o pescador é proprietário das embarcações, o seu tempo de atuação, com quem ele aprendeu o ofício, as suas motivações e opiniões acerca do futuro da profissão, além de buscar saber se existe restrição quanto aos lugares de pesca/pesqueiros e se pescam em área comum à pesca industrial; (ii) **Economia e sustentabilidade**, que pretendeu entender quais os fatores que influenciam o preço do pescado, a importância da pesca no orçamento ao longo da trajetória do pescador, bem como se houve variação quanto ao preço, se o pescador possui outra ocupação, se tem algum tipo de patrão, se acha esse vínculo vantajoso e como o lucro é dividido entre ambos; (iii) **Legislação e associação**, afim de buscar informações referentes ao seu conhecimento sobre sindicato/colônia de pescadores, se faz parte de alguma dessas associações, se tem licença para exercer a atividade, se tem restrições de pesca quanto ao período do ano (período defeso), se concorda com essas restrições e se existe fiscalização de maneira regular. O questionário está apresentado na sua integralidade no anexo 1.

Tabela I. Cronograma de aplicação das entrevistas, realizadas durante quinzenas previamente demarcadas em intervalos de quatro semanas.

Realização das entrevistas	
Período I	Período II
15/set__ 30/set/2015	01/nov__15/nov/2015
Período III	Período IV
15/dez__ 30/dez/2015	01/fev __ 15/fev/2016
Período V	Período VI
15/mar__30/mar/2016	01/mai__15/mai/2016

Com a intenção de divulgar e disponibilizar a sociedade os dados levantados referentes ao cotidiano do pescador artesanal da Z-10 através desse primeiro questionário, uma cartilha intitulada “Nós e os peixes”, foi elaborada com o intuito de sensibilizar e valorizar a atividade, frente aos diversos setores da sociedade. Essa cartilha foi produzida baseada nos dados coletados e as etapas de sua elaboração incluíram: (i) seleção de conteúdos relacionados à profissão em destaque, (ii) diagramação, organização e disponibilização da cartilha à comunidade. Em se tratando do item I, buscou-se enfatizar a importância dos

principais ecossistemas aquáticos, discutir sobre a fauna habitante desses ecossistemas, com foco principal na ictiofauna, pois é o principal grupo de interesse da pesca e construir o conceito de cadeia produtiva (o caminho que os peixes percorrem desde o seu habitat natural até a mesa do consumidor), além de discutir sobre os fatores sociais e biológicos que influenciam esta dinâmica. No item II, a cartilha foi construída de forma ilustrada com desenhos e fotos e com dois personagens que dialogam usando palavras de vocabulário comum e fácil entendimento com o objetivo de deixar a sua leitura mais agradável destacando, dessa forma, algumas facetas da realidade dos pescadores, esclarecendo conceitos específicos e apresentando a cadeia produtiva na pesca artesanal neste local.

A sua divulgação deu-se na Escola Municipal Nestor Nonato de Lima, uma escola pública localizada no bairro do Jurunas e a sua escolha é devido à proximidade com o rio Guamá (300m) o qual margeia boa parte da cidade de Belém. O prédio conta hoje com professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sendo pela disciplina de Ciências na turma de 7º ano composta por 30 alunos com faixa etária variando de 10 à 14 anos. Com estes alunos, atividades acerca da importância dos recursos aquáticos para a manutenção de um ambiente íntegro e saudável foram desenvolvidas, além de ter ocorrido um debate acerca da relação homem e meio ambiente a partir da construção de conceitos relacionados à biologia pesqueira e ao manejo dos recursos hídrico.

O segundo enfoque contou com a aplicação de entrevistas realizadas com crianças e jovens que tem como familiares próximos os profissionais da pesca. Para tanto, fez-se necessário contatar instituições que recebem naturalmente esses jovens e que tem como premissa prepará-los para o enfrentamento de obstáculos e tomada de decisões que influenciam diretamente as suas vidas, além da função de cada vez mais, ensinar a pensar criticamente (Gadotti, 2000): as escolas.

Assim, escolas do Distrito de Icoaraci que se localizam próximas aos pontos de desembarque e comercialização de pescado foram visitadas e questionários semi estruturados foram aplicados junto os filhos dos pescadores da região que estão matriculados e que frequentam regularmente as aulas, com a finalidade de se conhecer as suas opiniões e perspectivas de futuro. Um total de 23 entrevistas foi embasado por um questionário semi estruturado organizado de acordo com três tópicos: (i) **pesca artesanal como atividade de sustento**, que buscou averiguar se há sentimento de pertencimento para com a profissão, se houve alguém que promoveu a aproximação com a prática e qual a relação de parentesco,

além de questionar se acham a profissão rentável se eles têm conhecimento quanto ao valor da renda familiar adquirida com a atividade pesqueira; (ii) **projeção para o futuro**, que pretendeu saber se existe motivação para exercer da atividade e se deseja seguir na profissão, além de averiguar o seu grau de satisfação; (iii) **escolarização da profissão**, afim de saber quem incentiva a frequentar a escola e se a prática de pescador tem influencia negativa ou não na rotina escola, buscou saber também se os pais desses alunos tiveram acesso a algum nível escolar de ensino, além de desejar saber se estudar é importante no exercício da sua prática como pescador. O questionário está apresentado na sua integralidade no anexo 2. A média da idade dos entrevistados é de 16 anos, os quais constam de 43% de indivíduos do sexo feminino e 57% do sexo masculino.

A primeira delas foi a EEEFM Lopes Raposo, fundada em 2001 e que hoje opera com um total de 1058 alunos matriculados nas modalidades de ensino fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos– EJA e nela houve um total de 3 entrevistas realizadas com alunos do turno da manhã que estudam o 6º e 7º ano do ensino fundamental. A segunda instituição de ensino é a EEEFM Coronel Sarmiento, fundada em 1896, ela opera com 1566 alunos matriculados regulamente nos três turnos diários, sendo que as modalidades de ensino vão do ensino fundamental II, ensino médio e EJA para o ensino médio, onde nela houve um total de 10 alunos entrevistados do turno matutino que estudam desde o 8º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. A Casa Escola da Pesca, última instituição visitada, foi fundada em 2008 e tem a forma de organização baseada na pedagogia da alternância, a qual trabalha o ensino de maneira integral nos turnos matutino e vespertino à juventude ribeirinha de Belém que por sua vez é ensinada desde os conteúdos padrão do Ensino Médio até conteúdos voltados para a pesca e aquicultura. Atualmente é a única escola do município com este tipo de organização, por isso o interesse da pesquisa. Nesta instituição houve um total de 10 alunos entrevistados.

Os dados de todas as entrevistas foram tabulados em planilhas do programa Microsoft Office Excel 2007 para montar gráficos e facilitar a análise e interpretação dos resultados.

RESULTADOS

QUANTO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PESCADORES ARTESANAIS DA Z-10 DO PARÁ

Trabalho e tradição

Em média, os pescadores entrevistados começaram a exercer essa atividade aos 12 anos de idade. O ofício foi aprendido com familiares (pai, tio, irmão, avô) ou amigos, em que as principais motivações remetem a necessidade de ajudar na renda familiar. Quanto aos seus filhos, a maioria dos pescadores afirma não incentivá-los a seguir a mesma profissão (67%), pois acham preferível que eles estudem, e apenas 33% incentiva-os a continuar na atividade. O futuro da atividade é vislumbrado como muito difícil pela maioria (90%); os 10% restantes dividem-se igualmente julgando-a que permanecerá estável ou que irá melhorar. Todos afirmam que não possuem proibições quanto aos locais de captura e que não compartilham área de pescarias/pesqueiros a atividade de pesca em larga escala. Dentre os seus pesqueiros prediletos, destaca-se: canal do Machado, baía do Guajará, baía do Marajó, Vigia, Soure, Salvaterra, Cajoeiro, Tupinambá, Jubi, Colares e Mosqueiro.

A maioria dos pescadores não são proprietários das embarcações usadas (62%), sendo que, dos que possuem embarcações, 5,2% pescam de canoa. Tais embarcações são consideradas em sua maioria pequenas e variam de capacidade entre 2,5 a 3 toneladas, com motores do tipo TOBATA AS 80, com 8 cavalos (cv) de potência, FORT-24, com 24 cv de potência, entre outros (Figura 2).



Figura 2. Embarcação padrão usada pelos pescadores da Z-10 do Pará.

Economia e sustentabilidade

Dos pescadores entrevistados, 62% afirma trabalhar exclusivamente com a pesca e a tem como única provedora no seu orçamento. Atividades como pesca de camarão com Matapí, coleta de açaí, manutenção de embarcações e outras atividades denominadas de “bico”, são exercidas pelo restante (38%) durante alguns meses do ano, pois segundo estes “*viver só da pesca não dá*”. Quanto ao seu orçamento mensal, os pescadores dividem-se em três categorias, os que constatam que ele vem diminuindo (52%), os que o acham muito instável e oscilante (43%), e os que o julgam que se manteve constante (5%) ao longo de suas trajetórias, ou seja, o valor comercial de cada espécie, o seu tamanho, e a frequência de captura e sucesso nas vendas, é o que determina o lucro ou a ausência dele para cada pescador, considerando que essa oscilação se aplica para as diferentes estações do ano e também para toda a trajetória do pescador na atividade. Dentre os entrevistados 90% possui um vínculo de dependência chamado “rol de pesca”, que obriga os pescadores a entregar o produto de suas pescarias a uma única pessoa chamada por eles de “patrão”, enquanto este lhe oferece alguns benefícios. Deste, 89% consideram este vínculo vantajoso sendo que o restante (11%) o considera vantajoso em partes, pois por um lado “*todo peixe capturado é vendido*” e por outro “*tem épocas que o desconto está muito alto no ato da entrega*” o que resulta em prejuízos ao pescador.

Legislação e associação

Todos os entrevistados alegam conhecer o período defeso que é definido pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Brasil, 2009), como paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes, porém 76% destes não param de pescar durante a sua vigência ainda que estejam de acordo com a sua implantação. Ressalta-se que os pescadores da área de estudo não são contemplados pelo seguro defeso do pescador artesanal (política pública que paga um salário mínimo mensal aos pescadores artesanais para não capturar determinada espécie em certo período de interesse reprodutivo), pois, por lei, a Z-10 é tida como área de mar aberto, o que garante a implantação e permanência da pesca

industrial ou em larga escala. Tal condição de compartilhamento e divisão de uma mesma área de pesca entre indústrias e pescadores artesanais, coloca estes últimos em situação de desfavorecidos, pois eles não têm tempo de se recuperar de uma atividade basicamente desgastante e cuidar dos barcos e dos apetrechos.

Os pescadores que não são integrantes de nenhuma associação de pesca (67%) relatam não possuir interesse algum em filiar-se; os outros (33%) dizem tentar receber os auxílios que a Z-10 não fornece, como, por exemplo, o seguro defeso: *“eu me cadastrei na colônia Z-40, para receber os direitos”*. Contudo 52% não possui nenhum tipo de licença para exercer a atividade, seja através do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) ou ainda por meio do Arais do amador (carteira marítima que habilita a condução de embarcações em território nacional). Desse total 48%, afirma possuir o RGP e também a carteira marítima. A maioria diz entender o papel das colônias e associações (85%) e relatam: *“Providenciam a aposentadoria, auxílio doença, licença maternidade”*, *“garantem os direitos dos pescadores artesanais segundo legislação”* e ainda *“não ajuda em nada... pode receber seguro e tirar licença sem a associação”*.

Quanto à fiscalização, a maioria dos entrevistados (62%) disse que é inexistente: *“polícia marítima pouco faz pela segurança”*, *“nunca vi nenhum tipo de fiscalização”*. Em contrapartida, 38% dizem que ela é esporádica ou ineficiente sendo realizada vez ou outra: *“mais ou menos uma vez ao ano pela Marinha (segurança das embarcações)”* ou ainda com *“um pescador denuncia o outro”*. Em suma, dentre as suas opiniões quanto à legislação pesqueira 62% afirmam que ela é ineficaz na área de estudo, pois *“há pouca fiscalização”*, *“não há pagamento do seguro defeso para as espécies se recuperarem”* e por isso *“não há como parar de pescar”*. Dos pescadores que concordam com ela (33%), justificam-se pois *“sabe que existe restrição”*. O restante (5%) não concorda com a sua implantação.

Uso das cartilhas em escola pública

A cartilha “Nós e os peixes” foi construída com o intuito de fornecer informações sobre a pesca e sobre os pescadores da zona Z-10 do Pará e para tanto, a sua distribuição ocorreu na escola EMEF Nestor Nonato de Lima. Por conta disso, após a sua conclusão decidiu-se retornar à referida escola e entregar à sua direção, para que fosse possível colocá-la a disposição de todos.

A direção da escola demonstrou alegria e satisfação ao receber o material produzido e se mostrou aberta a futuras outras intervenções. Algo que lhes chamou atenção foi a constatação de que, dentre as suas parcerias, nunca havia tido retorno para a escola de qualquer tipo de trabalho produzido, o que aumentou ainda mais o seu contentamento. A referida cartilha foi incorporada à biblioteca da instituição.



Figura 3. Uso da cartilha na escola, a) e b) inserção ao acervo da biblioteca; c) e d) cartilha sendo lida pelos alunos.

QUANTO ÀS ENTREVISTAS REALIZADAS COM FILHOS DE PESCADORES DA Z-10 DO PARÁ

Pesca artesanal como atividade de sustento

Dos entrevistados, 52% se considera pescador e afirma ter começado na atividade com aproximadamente nove anos de idade por influência dos familiares mais próximos, tais como, pai, avô e tio; o restante (48%), diz não se sentir pertencente a essa classe, por achar “*complicado*”, querer “*coisa diferente na vida*” ou “*só os mais velhos praticam*”. Sendo a média de idade dos entrevistados de 16 anos e com o gênero masculino contribuindo com 57% deles, nota-se a predominância de uma maior proporção de homens no exercício da atividade.

Quanto à renda obtida, 36% afirmam que é estável, variando de menos de um salário mínimo até um salário mínimo e meio por mês para cada família, sendo que o restante (64%) não soube informar. Apesar disso, 55% acham a profissão rentável, já que para esses “*atualmente todo mundo come peixe*”, “*se pegar um peixe grande na rede, dá lucro*” ou ainda “*porque se pegar muito peixe dá pra vender*”, contudo, 36% a avalia como altamente instável dependendo de diversos fatores, tais como, “*área de pesca e qual o tipo de peixe capturado*”, “*quantidade de peixe e valor de cada espécie*”, “*do pescador, tem que saber das técnicas*” ou “*as vezes tem prejuízos e ganhos (motor e barco pra consertar)*”. O restante (9%), afirma não achar rentável, porque o pescador tem que sair da baía devido à grande competição com outros pescadores por área de atuação/pesqueiros.

Projeção para o futuro

Quanto ao futuro da profissão, 59% dos jovens não se sentem motivados a exercer a atividade, já que “*não se sente capaz*” e “*não vivencia*”, não sendo mais motivado pelos familiares ao ponto de querer “*coisa diferente*”; nessa mesma categoria 41% se sente altamente motivado, pois “*tenho muito orgulho de ser filha de pescador*”, “*eu mesmo me motivo*” e “*porque toda família é de pescadores*”. Dos 63% que desejam seguir outra profissão que não a de pescador, estes listam arquitetura, direito, enfermagem, música e ainda, almeja trabalhar com pesca, mas não como pescador. Dentre os demais, 23% afirmam desejar seguir a profissão e 14% ainda estão indecisos.

Em contrapartida, a maioria (65%) afirma se sentir satisfeito com a profissão, 18% a acha muito boa e 4% excelente e ainda, 13% estão insatisfeitos.

Escolarização da profissão

Em relação à escolarização, a grande maioria (91%) diz frequentar a escola porque são incentivados por seus familiares e ainda, que a rotina na escola não atrapalha no exercício da profissão; ao contrário, 87% julga importante para o exercício da prática como pescador, já que “*aqui estudamos as técnicas... ensinam a fazer o processamento do pescado, o valor de mercado...*”, “*pra aprender mais com a pesca*”, “*quer usar os conhecimentos para*

ajudar os familiares” entre outras respostas. O restante (13%) perdeu total contato com a atividade.

Quanto a seus pais, atualmente não há nenhum estudando, mas a maioria já estudou e alcançou todos os níveis de ensino (figura 3). No que se refere à sua formação educacional de pais e responsáveis, frases como as seguintes são comumente ouvidas por estudantes filhos de pescadores: “*querem que estude pra ser alguém na vida*”, “*querem que eu tenha mais oportunidade*”, “*querem que eu tenha opção*”, “*querem que eu cresça mais e mais*”, etc.

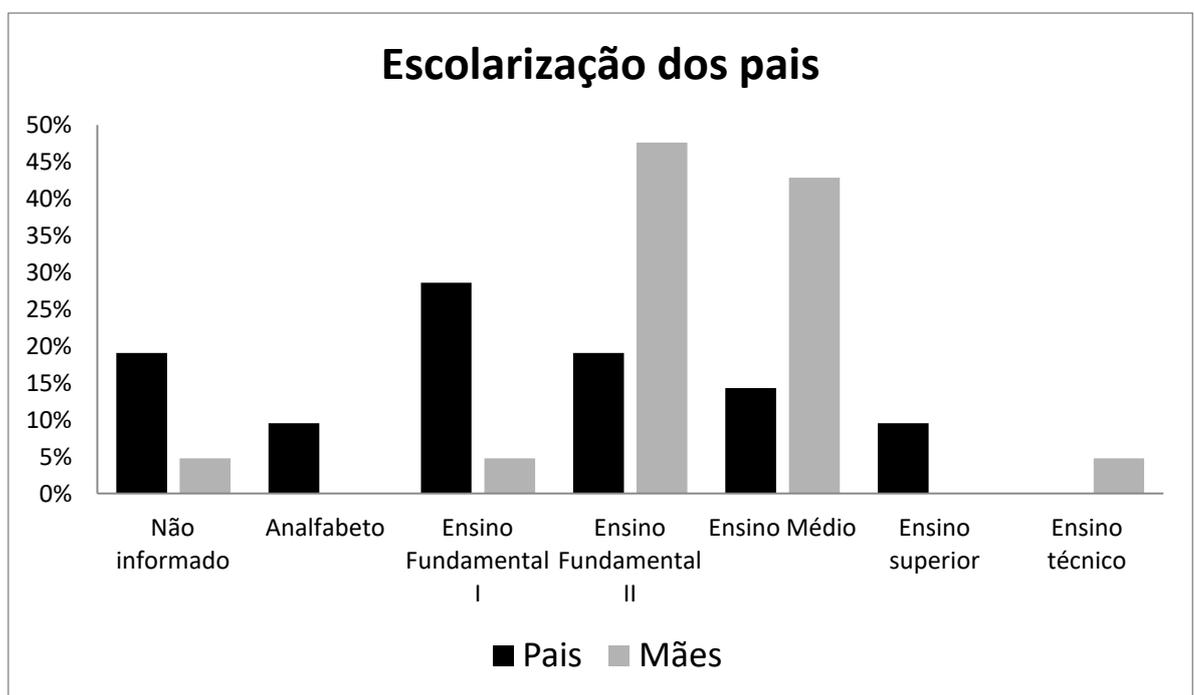


Figura 3. Porcentagem (%) de pais e mães que tiveram acesso à educação em relação aos diferentes níveis de ensino.

DISCUSSÃO

Do mesmo modo que no estudo de Santos *et al.* (2011), os conhecimentos acerca da prática da pesca artesanal são repassados de geração para geração e os ensinamentos dão-se ainda na infância, reforçando o poder que os laços familiares detêm no convívio com a profissão. Ferreira (2011) esclarece que tais ensinamentos exigem o contato íntimo com a natureza e a capacidade de observação dos astros, da lua, dos ventos e das marés para a marcação dos pontos de pesca. No entanto, essa forma de conhecimento está sofrendo uma crescente desvalorização e os próprios pescadores vêem o futuro da atividade como incerto, já que ela baseia-se na ancestralidade, no repasse, aperfeiçoamento e renovação das técnicas empregadas (Knox & Trigueiro, 2015) de maneira rudimentar.

Por ser uma atividade que se encontra cada vez mais esquecida pelo poder público, os pais não incentivam os seus filhos a prosseguirem na mesma atividade, uma vez que as condições de trabalho são insalubres, os lucros são baixos e a insegurança é cada vez maior. A mesma situação é observada por Ferreira (2011), que em seu estudo constatou que o número de pescadores diminui à medida que seus filhos não vêem atrativos e nem se orgulham da atividade. Verifica-se, com isso, uma diminuição de interesse voltado à atividade, já que uma parcela considerável destes não deseja ser pescador e não se sente motivado para a profissão, levando ao distanciamento e falta de identificação cultural desses sujeitos, pois em sua maioria não há mais convívio com a atividade e isso acaba dando lugar a mudanças nas suas perspectivas de futuro e maior inclinação em seguir outras profissões tais como, “músico”, “oncologista” e “mecânico”, entre várias outras. Essa condição foi observada por Santos *et al.* (2005), ao constatarem que apenas 2,5% dos pescadores do nordeste paraense tem menos de 20 anos de idade, indicando uma redução no interesse dos mais novos em exercer a profissão de pescador artesanal.

Similar a Santos *et al.* (2011), que observaram a grande oscilação presente no exercício da atividade referente às finanças mensais, constatou-se que a maioria dos pescadores artesanais sustentam as suas famílias exclusivamente com a renda obtida com a atividade e o restante exercem outras atividades nos períodos denominados de entressafra. Nesse sentido, grande parte dos relatos afirma que se torna mais difícil vislumbrar uma melhora na atual situação conforme os anos passam, uma vez que a disponibilidade de pescado diminuiu e as oscilações no seu orçamento impossibilitam o trabalhador de alcançar alguma estabilidade financeira. Tal situação também é observada por Silva (2014) e Paixão & Leonel (2005), onde os pescadores têm que buscar outras fontes de renda para obter a sua

segurança alimentar, considerada mínima e a exploração dos estoques pesqueiros pela pesca industrial é crescente e os afeta diretamente. Quanto à renda obtida com a atividade, Santos *et al.* (2011) observaram que ela é considerada baixa em relação ao ritmo atual de crescimento econômico, dada a enorme discrepância registrada. Além disso, muitas outras dificuldades permeiam essa prática considerando que a maioria dos pescadores não são donos das embarcações e dos objetos de trabalho, o que resulta no aumento do desinteresse em motivar o exercício da atividade para as novas gerações.

Para a maioria dos entrevistados, uma forma de se obter alguma segurança financeira, é a relação de trabalho chamada “rol de pesca”, que consiste em um “patrão” financiador dos esforços de pesca. Este patrão garante que as viagens ocorram proporcionando todo o necessário para isso, tais como: gastos com o gelo para a conservação do pescado, alimentação para toda a tripulação, combustível, compra e manutenção dos instrumentos de trabalho, entre outras eventualidades. Essa mesma relação é descrita por Santos *et al.* (2005) para o nordeste paraense, onde a figura do patrão é de essencial importância para a realização das pescarias, pois a maioria dos pescadores não tem como subsidiar o custeio das próprias viagens denotando em uma relação de grande dependência. Situação diferente é discutida por Santos *et al.* (2011) para o estado do Maranhão, onde os apetrechos de trabalho dos pescadores são próprios, A Z-10 apresenta também a figura do encarregado, o qual é responsável pela embarcação, por fazer a fiscalização dos pescadores e pelos instrumentos de trabalho durante as viagens de pesca, assumindo o papel de “*olho do patrão*”.

O lucro obtido com a venda do pescado se estabelece por uma rede de relações que envolve diversos atores (figura 4), onde o preço do pescado aumenta conforme o número de participantes da cadeia produtiva também é acrescido. Além da figura do próprio pescador, outros atores também a compõem, tais como, o patrão (financia as viagens de pesca, é dono dos meios de produção e comercializa o pescado), o balanceiro (financia as viagens, e comercializa o pescado comprando e revendendo para outros atores da cadeia, tais como, patrão, feirante, atravessador e consumidor final), o atravessador (comercializa o pescado comprando e revendendo para outros atores da cadeia, tais como, feirantes, restaurantes e consumidor final) e o feirante (comercializa o pescado comprando de outros atores e revendendo para o consumidor final). Dentro dessa fluidez, a relação “rol de pesca”, estabelece critérios rígidos quanto à divisão dos lucros, onde cinquenta por cento (50%) é destinado ao patrão e ao encarregado, quarenta por cento (40%) é destinado ao restante da

tripulação, em geral duas ou três pessoas e dez por cento (10%) é reservado à manutenção do barco e instrumentos de trabalho. Garcez & Sánchez-Botero (2005) sugerem que uma alternativa de os pescadores aumentarem os seus lucros seria quebrar a sua dependência vinculada a figura do intermediário/patrão. Em contrapartida o que se observa é que essa divisão dos lucros é feita de forma desproporcional, cabendo ao pescador, menos da metade dos lucros oriundos de todo o seu esforço e doação.

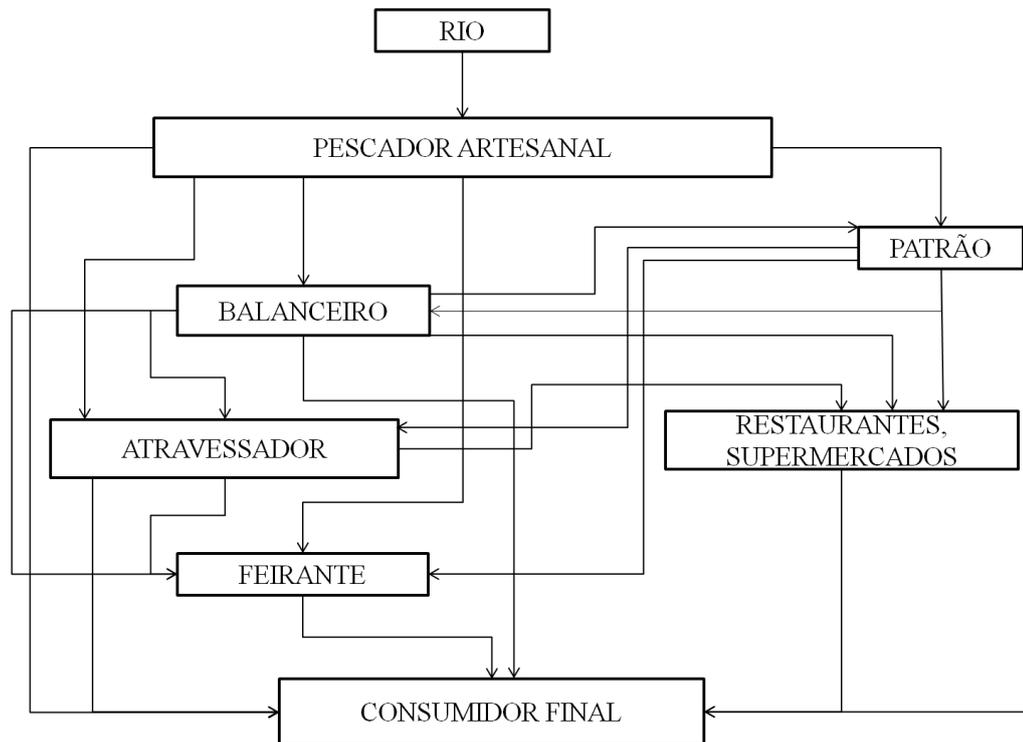


Figura 4. Diagrama da cadeia produtiva da pesca artesanal na Z-10 do Pará.

Até 2008, haviam sido cadastrados 800 pescadores artesanais na colônia de Icoaraci Z-10 (Lima, 2008) e oito anos depois, há 1644 pescadores cadastrados (segundo a Sr^a. Raimunda Gomes de Oliveira – presidenta da colônia de pescadores da Z-10), onde esse número só não é maior porque a maioria dos pescadores da área se filia em outras colônias em busca de maiores benefícios, já que afirmam que a colônia dos pescadores da Z-10 não resguarda seus direitos, além de não concordarem com a atual gestão e não vêem vantagens na filiação. A principal desvantagem do associado à Z-10 consiste na ausência do seguro defeso, esta colônia é caracterizada por conter e permitir a pesca em larga escala, o que também significa uma importante concorrência por recursos pesqueiros disponíveis, sendo essa uma das principais desmotivações em continuar com a atividade por parte dos pescadores, dada a perda progressiva de importância frente à concorrência desleal da pesca

industrial. De acordo com (Marrul Filho, 2001) o saber-fazer baseado no conhecimento tradicional vem sendo substituído pelo saber-usar instrumentos tecnológicos, saber-ler gráficos e pelo saber-interpretar informações referentes à pesca em larga escala ou industrial.

O período de reprodução dos peixes, definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, como período legal em que é proibida a pesca e captura de certas espécies de pescado, é visto com considerável importância pelos pescadores e com concordância com a sua implantação. No entanto, como a zona não possui autorização para o pagamento do seguro defeso, esses pescadores não são amparados por essa lei e isso acaba por contribuir para que o exercício da atividade se estenda por todo o ano sem paradas nem interrupções. Outro fator que contribui para o sentimento de descontentamento dos pescadores se refere à distância até o órgão competente e à demora do mesmo com o retorno ao pescador para obter a licença de pesca; assim muito deles não dão entrada no Registro Geral da Atividade Pesqueira– RGP e se privam de diversos benefícios, pois um dos pré-requisitos para a filiação na colônia de pescador é possuir o RGP. Esse registro amparado pelo artigo 24º da lei ratificada nº 11.959, de 29 de junho de 2009, onde o pescador que exerce a atividade pesqueira deve procurar o órgão competente para realizar o cadastro e assim poder usufruir de seus direitos e deveres. Em contrapartida, esse benefício não diminui as inúmeras dificuldades relacionadas à sua prática profissional, pois as condições de trabalho continuam precárias e o rendimento econômico é mínimo. Knox & Trigueiro (2015) destacam outras problemáticas como amplificadoras dessa desmotivação, tais como, a falta de vontade do poder público para ouvir o que os pescadores têm a dizer e opinar, a manipulação das questões que os envolvem por parte do governo e dos políticos, e má gestão das associações de pescadores. Somado a isso, a ausência ou ineficiência na fiscalização é outro forte fator desmotivador, que segundo os próprios atores não garante a segurança regular. Seu Paulo, um pescador da área afirma: *“Já fui assaltado três vezes, levaram o motor, a rede de pesca e o rádio, eles nem escolhem hora pra roubar é de dia e de noite”*. Esse é um relato freqüente entre os pescadores, onde os assaltos, furtos e outros tipos de violência são vivenciados diariamente.

Todos os filhos de pescadores da Z-10 relatam que são incentivados a frequentar a escola por algum familiar próximo (pai, mãe, avos, irmãos, etc.) e ainda, todos eles alegam que o exercício da atividade não é dificultado pela rotina escolar, ao contrário a grande maioria acha importante a busca de novos conhecimentos e perspectivas que auxiliem na melhora da prática da profissão. Situação diferente é descrita por Paixão & Leonel (2005), onde os filhos de pescadores não freqüentam a escola por diversas razões dentre elas, a

dificuldade em adquirir uniforme e material escolar e por estes ficarem longos dias fora de casa pescando, levando a uma grande taxa de analfabetismo. Dessa forma, os pescadores não querem que seus filhos sigam a profissão de pescador por lhes almejem melhores oportunidades (Santos *et al*, 2011), já que isso é justificado porque tais sujeitos, não tiveram acesso a educação quando jovens. Até o ano de 2003, 44,6% dos pescadores e 53,5% das pescadoras artesanais eram analfabetos (Vasconcellos *et al*, 2007) e para o ano de 2012, constatou-se que 85,41% não concluí o ensino fundamental (MPA, 2012); essa situação justifica-se pelo fato de que a maior proporção de pescadores está situada numa faixa etária em que na infância e adolescência o acesso à escola era ainda mais difícil que nos dias atuais o que dificultava o acesso e a permanência na escola (Santos *et al*, 2005). Os filhos dos pescadores da Z-10 relataram que os seus pais alcançaram todos os níveis de ensino, dentre os quais se constatou que conforme se avança nas series do ensino básico, pais e mães apresentam diferenças quanto à permanência na escola, onde os pais apresentam taxa de analfabetismo (10%), com maior representatividade de permanência na escola para o ensino fundamental II (29%), havendo uma diminuição crescente na sua permanência para os níveis subsequentes, chegando a apenas 10% de pais com nível superior. Em contrapartida, não há relatos de mães analfabetas e estas apresentam maior proporção de permanência para o ensino fundamental II (48%) e ensino médio (43%), onde a partir daí há uma drástica diminuição para os níveis posteriores, com apenas 10% possuindo nível técnico e nenhuma com nível superior. Essa discrepância entre pais e mães tem como principal correlação a profissão que estes assumiram para suas vidas, onde nota-se que os pais-pescadores não alcançaram um nível de ensino elevado e até há proporção de analfabetos, além daqueles que têm nível superior, onde estes últimos apresentam essa condição porque eles optaram por abandonar a profissão de pescador. Dentre as mães, não houve relatos de que alguma delas exercia atividade pesqueira.

Em se tratando do gênero cartilha, Pizzani & Riolo (2013) discorrem que, ao conter linguagem tanto verbal quanto não verbal que auxiliam na transmissão de diversas informações, ela desempenha um papel social no momento em que circula na sociedade ou em determinado grupo social. Nota-se com essa definição que a escolha desse gênero textual para retratar e apresentar a profissão do pescador artesanal profissional foi tanto apropriada quanto satisfatória, onde conseguiu-se abranger e organizar de forma coesa grande quantidade de informações referentes, a área de estudo, as leis que regulam a prática e as instituições

envolvidas, além de discutir e promover a reflexão acerca das condições de trabalho precárias, a comercialização do pescado e sua forma de distribuição até a população.

Ao final desta etapa do projeto, a referida cartilha contendo as principais informações acerca das relações que são estabelecidas pelos pescadores foi entregue a comunidade. Em se tratando do retorno da comunidade ao receber o material produzido, este foi muito positivo e recompensador, pois se reconheceu sentimentos como, surpresa e revolta, onde tais sentimentos são fruto do papel social de informar e educar do gênero textual cartilha (Pizzani & Riolo, 2013). Os sentimentos expressos pela comunidade são devido à oportunidade de acesso as informações disponíveis na cartilha que auxiliaram na formação de opinião crítica e na sensibilização da sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber inúmeras problemáticas que são enfrentadas cotidianamente por esses atores sociais os quais se encontram cada vez mais enfraquecidos e desmotivados tanto com a profissão que assumiram desde criança quanto em incentivar e ensinar esta mesma profissão aos seus filhos.

Dentre as principais problemáticas, destacou-se: a ausência ou ineficiência na fiscalização que acaba ocasionando o sentimento de insegurança motivado pelos assaltos e furtos frequentes, a não filiação a colônia dos pescadores por não visualizarem vantagens, por exemplo, o não recebimento do seguro defeso; a falta de incentivo aos filhos em dar continuidade à profissão por desejarem a eles melhores condições de vida, ocasionando desinteresse e afastamento destes da atividade; maior acesso à educação tanto dos pais quanto dos filhos, fato que contribui com a mudança de suas perspectivas de futuro; necessidade de implementação e aperfeiçoamento das leis que regem a profissão e que deveriam contribuir com a gestão dos recursos pesqueiros em conjunto com a educação voltada para a integração entre meio ambiente e pescadores.

Foi possível perceber que, por mais que haja o esforço por parte do pescador em continuar exercendo essa atividade, os pontos acima discutidos enfraquecem a profissão como um todo, pois enquanto os pescadores alternam a pesca com outras atividades remuneradas, os seus filhos tendem a abandonar a atividade por falta de incentivos e, se essa situação se mantiver, chegará o momento que não haverá pescadores artesanais na zona 10 de Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL BRASIL (ACEB). **1º Anuário brasileiro da pesca e aquicultura**. 2014. Disponível em: http://formsus.datasus.gov.br/novoimgarq/16061/2489520_218117.pdf. Acesso em: 7 de março de 2017.

BORGES, J. A. S. Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 14, n. 2: 285-292. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Normas gerais da política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 jun. 2009, Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei 11.699/2008 de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jun. 2008, p. 8.

BRASIL. Decreto-lei nº 794 de 19 de outubro de 1938. Aprova e baixa o Código de Pesca. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, Seção 1, p. 21172.

CAPELLESO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 15-33, 2011.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: **The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities**, the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property. August 9-13, Oaxaca. México. 24 p. português. 2004.

CLAUZET, M. RAMIRES, M. BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (Enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Multiciência: A linguagem da Ciência**. n. 4: 1-22. 2005.

FERREIRA, J. A. A precarização da pesca artesanal e reprodução do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). 2011. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica. II Semestre 2011 pp. 1-16.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). © 2005-2011. **Fisheries and Aquaculture topics. Small-scale and artisanal fisheries. Topics Fact Sheets**. Text by Jan Johnson. In: FAO Fisheries and Aquaculture Department [online]. Rome. 2005. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/topic/14753/en>. Acesso em 24 de junho de 2016.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000.

GARCEZ, D. S; SÁNCHEZ-BOTERO, J. I. Comunidades de pescadores artesanais no estado do rio grande do sul, Brasil. **Atlântica**, Rio Grande, v. 27, n. 1: 17-29, 2005.

GOMES, R.; MENDES, A. B. Educação ambiental à luz da análise dialógica do discurso: saber científico e quadrinização no gênero textual cartilha quadrinizada. **Estação Científica (UNIFAP)**. ISSN 2179-1902 Macapá, v. 2, n. 2, p. 65-78, jul./dez., 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem Populacional**. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 21 de novembro de 2016.

JÚNIOR, I. F; TAVARES, M. C. S; BRITO, C. S. F. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 95-111, maio-ago. 2006.

KNOX, W; TRIGUEIRO, A. A pesca artesanal no litoral no ES. In: KNOX, W; TRIGUEIRO, A. **Saberes, Narrativas e Conflitos na pesca artesanal**. Vitória: EDUFES, 2015. p 17- 50.

LIMA, M. A. D. S; ALMEIDA, M. C. P; LIMA, C. C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. **Revista gaúcha de enfermagem**, v. 20. N. esp.,p. 130-142. 1999.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia: o caso de Cubatão em Icoaraci, Pará.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará. 2008.

MARRUL FILHO, S. **Crise e Sustentabilidade no Uso dos Recursos Pesqueiros.** Brasília: Universidade de Brasília (Dissertação de Mestrado de Gestão e Política Ambiental); CDS 038m. 107p. 2001.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011.** Departamento de Monitoramento e Controle. Brasília, Brasil, 2011. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim do registro geral da atividade pesqueira–RGP.** 2012. Disponível em: <http://www.pescamadora.com.br/pdf/Censo%20do%20Registro%20Geral%20da%20Atividade%20Pesqueira%20-%202012.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

OLIVEIRA, D. M; FRÉDOU, T.; LUCENA, F. A pesca no Estuário Amazônico: uma análise uni e multivariada. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais.** v. 2, n. 2, p. 11-21. 2007.

OLIVEIRA, S. P. MOURA, C. A.V. ROSA FILHO, J. S. Avaliação de Oligochaeta (Tubificinae) e Polychaeta (*Namalycastis abiuma*) como bioindicadores da composição isotópica de Chumbo: exemplo do estuário guajarinó, Belém (PA), Brasil. **Rev. Pesquisas em Geociências**, v. 40, n. 2; 141-146, maio/ago. 2013.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2016. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos.**Roma. 224 pp. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/es>. Acesso em: 06 de março de 2017.

PAIXÃO, A. E. C; LEONEL, M. C. **Organização e produção da pesca artesanal na Amazonia.** Central Única dos Trabalhadores – CUT. Editora: DGB – BILDUNGSWERK. 2005.

- PERONI, N. A agricultura de pescadores. In: BEGOSSI, A. **Ecologia de pecadores da Mata Atlântica e da Amazônia** (pp. 1-324). São Paulo: Ed. HUCITEC. 2004.
- REGO NETO, L. G.; BATISTA, M. S. S. Os impactos ambientais da pesca artesanal: Perspectivas de educação ambiental com mulheres marisqueiras. **V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas**. UERN, Pau dos Ferros/RN. 2014.
- SANTOS, M. A. S.; FILHO, M. C. S. G; NEVES, P. R. S; AGUIAR, C. G. G. Análise socioeconômica da pesca artesanal no Nordeste Paraense. 2005. **XLIII CONGRESSO DA SOBER. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto. 2005.
- SANTOS, P. V. C. J; ALMEIDA-FUNO, I. C. S; PIGA, F. G; FRANÇA, V. L; TORRES, S. A; MELO, C. D. P. Perfil socioeconômico de pescadores do município da Raposa, estado do Maranhão. **Rev. Bras. Eng. Pesca**, v.6, n. 1: I-XIV. ISSN e 2175-3008. 2011.
- SILVA, V. L.; LEITAO, M. R. F. A. A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. João Pessoa - PB. 2012.
- SILVA, C. N. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set-dez. 2007.
- SILVA, L. C. M. Pesca Artesanal em Sirinhaém/PE: Resistência e novas práticas sociais. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia PPGA/UFPE**. 2014.
- VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. Diagnóstico da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP/PR. Brasília – DF. 2007.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ANEXOS

ANEXO I – Modelo de questionário semiestruturado aplicado aos pescadores

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Aplicador: _____

Data: _____ **Hora:** _____

I – Trabalho e tradição

- 1) Desde quando você trabalha como pescador (a)?
- 2) Com quem e por que motivo você aprendeu este ofício?
- 3) Dono do barco ou não?
- 4) Incentiva os filhos a continuar com essa profissão?
- 5) Como você imaginam o futuro da profissão?
- 6) Pesca em área com pesca industrial ou não? Por quê?
- 7) Você tem restrições quanto aos lugares que você pode pescar (zona)?

II – Economia e sustentabilidade

- 8) O que define a variação do preço do pescado?
- 9) Você possui outra ocupação?
- 10) Hoje, qual a importância da pesca no seu orçamento (obtem dinheiro de outras formas)?
- 11) Você percebe alguma diferença no seu orçamento no decorrer da sua trajetória enquanto pescador (aumentou ou diminuiu)?
- 12) Você tem algum tipo de “patrão”?
- 13) Ter “patrão” é vantajoso ou desvantajoso?
- 14) Como o lucro é dividido entre vocês (“patrão” e pescador)?

III – Legislação e associação

- 15) Você tem algum tipo de licença (tipo de barco, zona de pesca ou RGP- Registro Geral da atividade Pesqueira)?
- 16) Você é integrante de alguma associação de pescadores?
- 17) Qual o papel da associação/colônia de pescadores?
- 18) O que você faz durante a época e defeso (pesca em outros lugares, exerce outras atividades)?
- 19) A fiscalização acontece de maneira regular?
- 20) Qual a sua opinião acerca das restrições impostas pela legislação pesqueira (lugar permitido para pesca, época do ano, etc.)?

ANEXO II – Modelo de questionário semiestruturado aplicado aos filhos dos pescadores.

QUESTIONÁRIO FILHOS DE PESCADORES

Dados Pessoais:

Idade: _____ Sexo: _____

I – Pesca artesanal como atividade de sustento

- 1) Você se considera pescador(a)? () SIM () NÃO. Por quê?
- 2) Com que idade começou nessa prática?
- 3) Quem o/a ensinou?
- 4) Qual a renda da sua família? (quanto o pai/mãe recebe).
- 5) Na sua opinião, ser pescador é uma profissão rentável? Justifique.

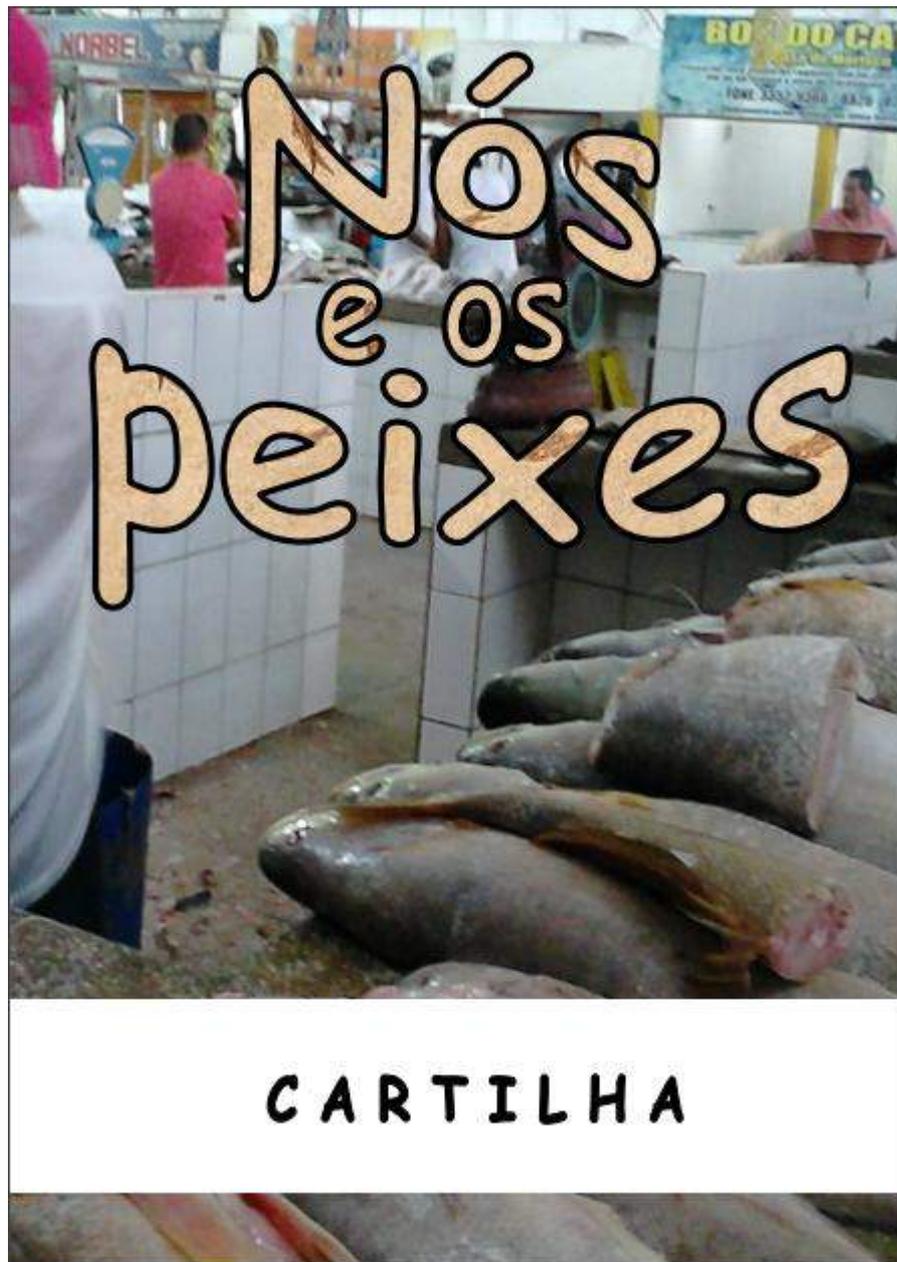
II – Projeção para o futuro

- 6) Você se sente motivado(a) a exercer essa prática?
 - 7) Você deseja seguir essa profissão ou tem outras preferências?
 - 8) Qual o seu nível de satisfação com a profissão?
- a) () insatisfeito(a); b) () satisfeito(a); c) () muito bom; d) () excelente.

III – Escolarização da profissão

- 9) Quem te incentiva a frequentar a escola?
- 10) A sua prática de pescador influencia a sua rotina escolar?
- 11) Os seus pais estudam ou estudaram? Qual a opinião deles acerca da sua formação?
- 12) Estudar é importante no exercício da sua prática como pescador?

ANEXO III – Cartilha



Nós e os peixes

VALERIE SARPEDONTI

JOSÉ ARTUR DA COSTA CASTILHO

KAROLINA PAZ DE MATOS

BELEM
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AMBIENTAL

Ilustração e Diagramação
José Artur da Costa Castilho

Texto
Karolina Paz de Matos

Fotografias
Soralene Cunha da Silva
Ana Paula da Silva de Araújo

Revisão e Coordenação
Valerie Sarpedonti

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas - UFPA

Nós e os peixes / Texto de Karolina Paz de Matos ; Ilustrações de José Artur Castilho. – Belém: Grupo de Estudos em Educação Inclusiva e Ambiental, 2016.
25 p. ; il.

1. Pesca artesanal. 2. Peixes de água doce. I. Matos, Karolina Paz de. II. Castilho, José Artur. III. Título.

CDD – 22 338.372

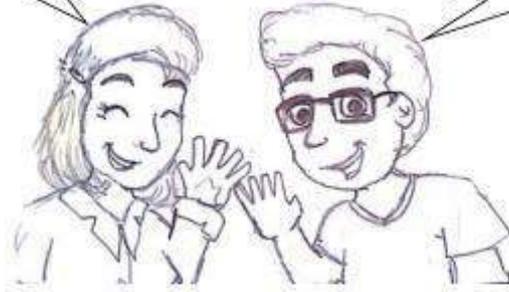
ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	4
DE ONDE VEM?.....	6
AS BACIAS E AS ZONAS.....	8
TEM PIRATA POR AQUI?.....	12
DOS RIACHOS AO MAR ABERTO.....	14
APETRECHOS DE PESCA.....	18
A CADEIA PRODUTIVA.....	20
PARA ONDE VAI?.....	24

APRESENTAÇÃO

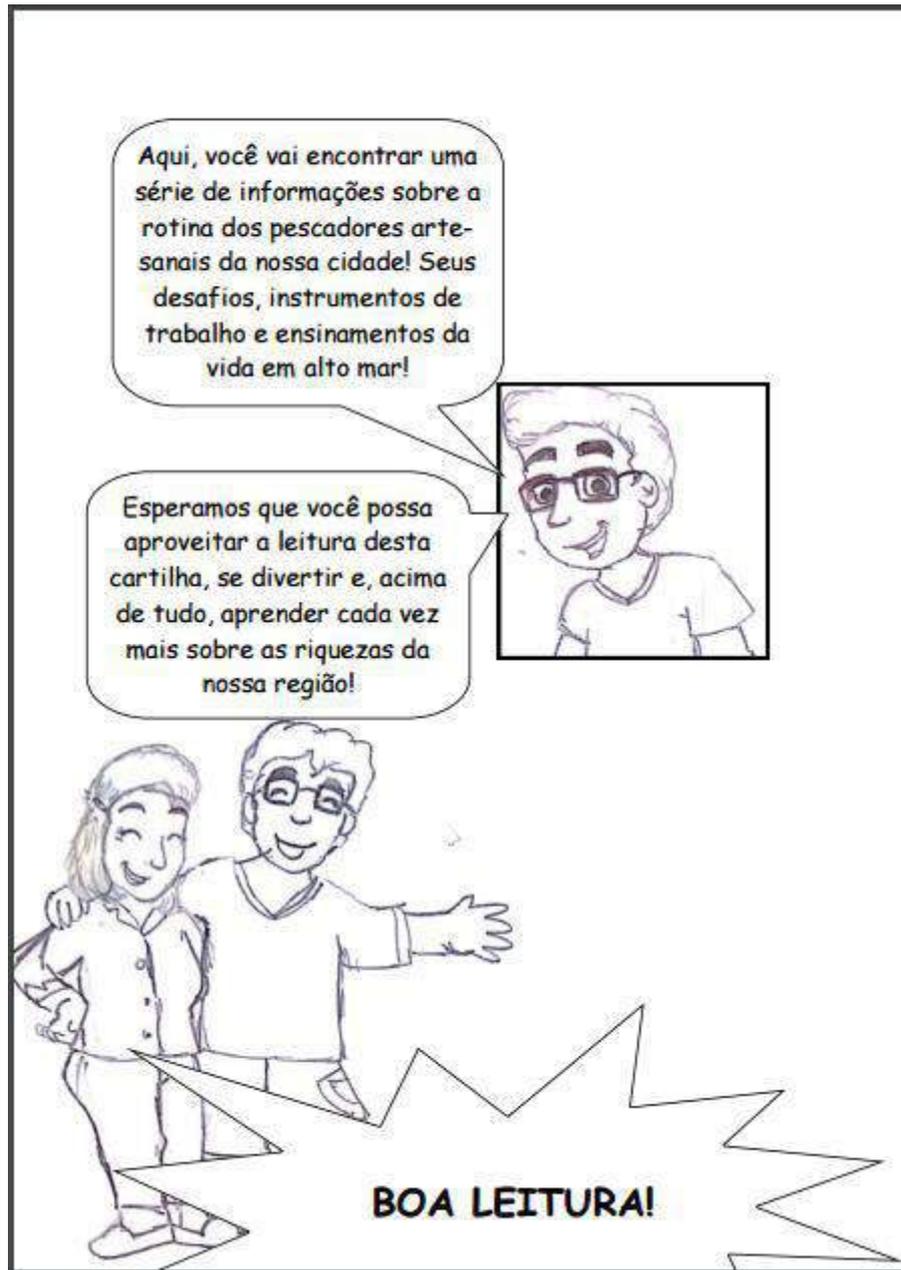
Oi, tudo bem?
Eu sou a Karol!

E eu sou o Artur!



A gente elaborou essa cartilha com o objetivo de mostrar para vocês um pouco mais sobre a realidade de um trabalhador muito importante para a nossa região: o pescador!





DE ONDE VEM?

Como estão bonitos estes peixes, hein, Karoll?

Também achei! Aquela dourada ali está linda!



Olha só quantas espécies saborosas e diferentes de peixes nós temos aqui na Amazônia!



E os pesquisadores estão sempre descobrindo a existência de novas espécies!



AS BACIAS E AS ZONAS

Bacia hidrográfica é um território amplo que conduz a água das chuvas até os cursos d'água (rios, lagos, etc). Elas são formadas a partir do desnível dos terrenos. As porções de terra mais altas drenam a água até as áreas mais baixas.



As bacias hidrográficas orientam a criação das ZONAS DE PESCA

E as zonas de pesca orientam a atuação dos pescadores!



Existem muitas zonas de pesca em todo o território nacional e também no nosso estado.

Cada zona de pesca está vinculada a uma Colônia de Pescadores que é uma espécie de **sindicato** dos pescadores artesanais.

Humm... Que interessante! Em Belém também é assim?

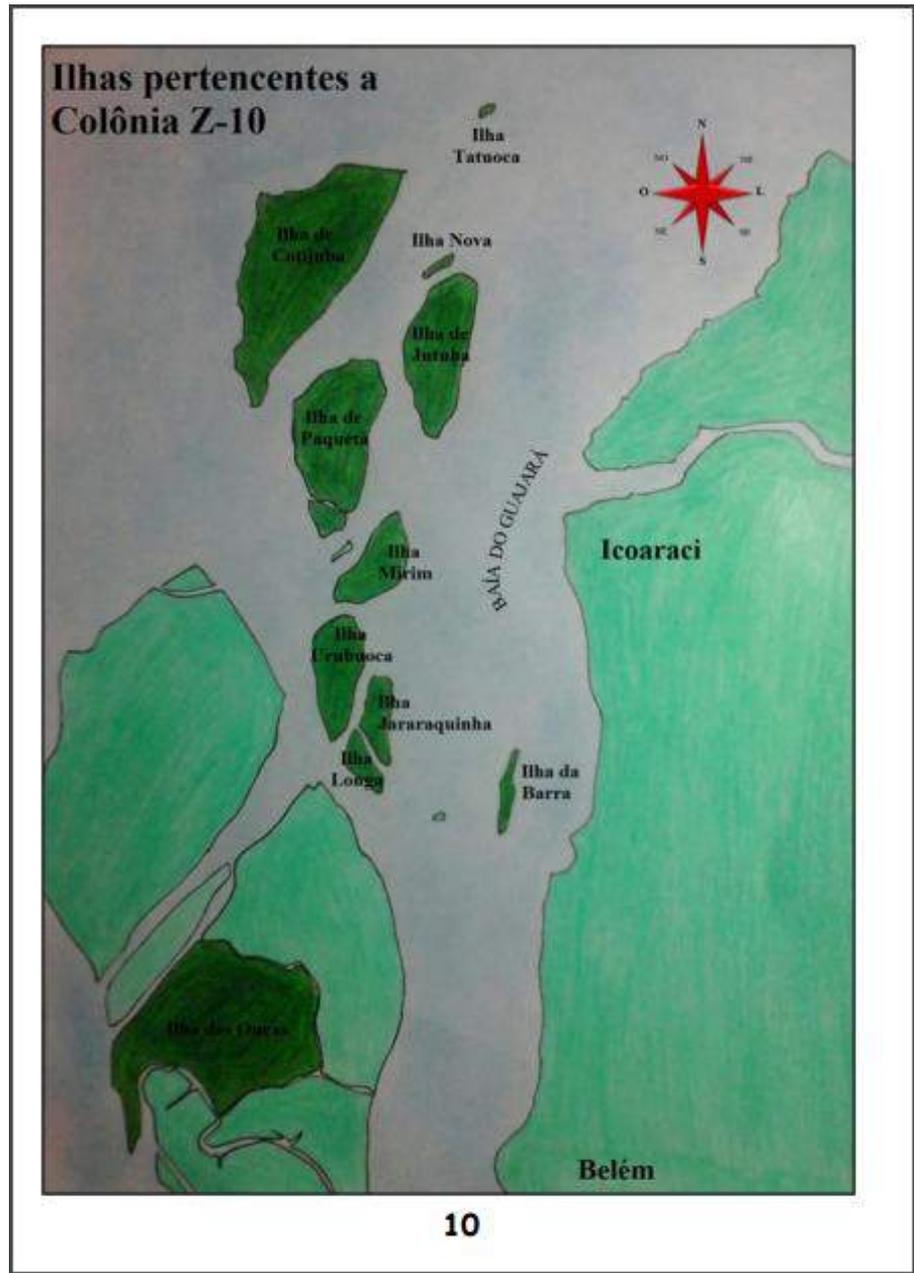


Em partes, sim.

Os pescadores do Belém pescam na zona 10 que abrange o Distrito de Icoaraci e outras ilhas das proximidades...



Deixa eu te mostrar aqui nesse mapa...





E o que faz uma colônia, afinal?

Bom, como eu te falei antes, as colônias são um tipo de sindicato para os pescadores. Elas funcionam como um intermediário entre o pescador e seus direitos trabalhistas, como a aposentadoria e o seguro-defeso.

Seguro-defeso é a remuneração paga aos pescadores artesanais durante o período de reprodução dos peixes, para que os trabalhadores interrompam suas atividades pesqueiras. Esta é uma estratégia adotada com objetivo de proteger o ciclo de vida dos peixes e, ao mesmo tempo, assegurar a renda do pescador.

No entanto, a colônia Z-10 está localizada em uma área chamada de "mar aberto" onde ocorre um tipo de pesca em larga escala chamada **pesca industrial**.

Os pescadores destas áreas não são beneficiados pelo seguro-defeso e, portanto, não interrompem suas atividades durante o período de reprodução dos peixes.

Este fato é um dos responsáveis pela baixa quantidade de pescadores filiados à colônia Z-10 e pela fraca organização destes trabalhadores.

TEM PIRATA POR AQUI?

Como a gente pôde ver, a Z-10 compreende uma faixa territorial muito extensa, com várias ilhas e bairros interligados.

Esta característica dificulta a fiscalização e ocasiona um problema enfrentado com muita frequência pelos pescadores: a pirataria.



O que se observa na Z-10 e também em outras localidades, é a ação de bandidos saqueadores de embarcações durante as pescarias.

Policia recupera carga e prende nove piratas
Nove pessoas foram presas, durante o madrugada de ontem, quando roubou carga que vinha de Manaus com destino a São Paulo. A quadrilha...

Piratas atacam novamente e matam universitária



Diário do Pará [com.br](http://diariodo.com.br)

Policia mapeia ação de piratas nos rios do Pará

Há relatos de roubo dos materiais de pesca e também os motores das embarcações, rádios de comunicação e objetos pessoais.

Os pescadores afirmam que a fiscalização existe, mas é ineficiente diante da frequência de ocorrências.



Os órgãos responsáveis afirmam que o registro de denúncias é baixíssimo. Com isso presume-se que, quase não havendo denúncias, não existem problemas de insegurança.

Os pescadores ainda relatam que não denunciam com mais frequência, pois o trajeto até o órgão é muito demorado, acabando em desconfiguração do quadro de flagrante.

Não sabia de nada disso! Agora eu quero saber mais sobre a vida do pescador! Quero saber tudo!



DOS RIACHOS AO MAR ABERTO

Pois bem, é um pouco difícil levantar **tooodas** as informações acerca da vida dos pescadores artesanais. Porém, algumas são destacadas aqui:

Com relação ao tipo de embarcação que os pescadores usam para as suas viagens de pesca, elas são produzidas de maneira artesanal às margens das ilhas ou do trapiche de Icoaraci, com capacidade média entre duas e três toneladas, são movidas a motor e comportam no máximo quatro tripulantes.



Essa capacidade média das embarcações comporta uma duração das pescarias que varia de **cinco a vinte** dias.

20 dias de viagem... Deve ser uma viagem divertida, hein!?



Todo ser humano busca prazer em suas atividades diárias. Com os pescadores não é diferente. É claro que eles procurarão formas de se divertir, mas não esqueçamos que eles estão rodeados de muitos perigos e que a atenção em tudo precisa ser mantida sempre.

Por exemplo, a duração dessas pescarias é determinada pela época do ano em que as espécies se encontram próximas ou distantes das Ilhas onde os pescadores residem. Então, quando os peixes estão distantes das ilhas, por exemplo, em mar aberto, os pescadores precisarão se distanciar de suas casas e de suas famílias por muito mais tempo, e isso às vezes os entristece.



Continuando com as viagens de pesca, quando os pescadores voltam, eles precisam **pesquisar** os melhores preços de venda para o seu pescado, pois não possuem um local determinado para desembarque. Os principais pontos de comercialização são o mercado do Ver-o-peso, o Trapiche de Icoaraci e até mesmo ilhas próximas.



Com essa pesquisa antecipada, os pescadores podem escolher os melhores preços e assim ter mais lucro, certo?

Não exatamente!

São muuuitas as variáveis que vão influenciar no preço do pescado. Então, as coisas nunca serão tão exatas assim! O preço vai variar em função de:



PESO



TAMANHO



**MÉTODO
DE PESCA**



**ÉPOCA
DO ANO**

Por exemplo, se o peixe estiver pequeno, leve e todo machucado, o seu valor de comercialização será **baixo**.

Por outro lado, se ele estiver grande, pesado e íntegro, o seu valor de comercialização será **alto**.

Até o momento, foram registradas **37 espécies** diferentes que são comercializadas na Z-10. Todas elas têm o seu valor comercial que sofre variação de acordo com esses fatores.

As espécies de maior valor comercial são as destacadas abaixo:



a **DOURADA** (*Brachyplatystoma flavicans*)



o **FILHOTE** (*Brachyplatystoma filamentosum*)



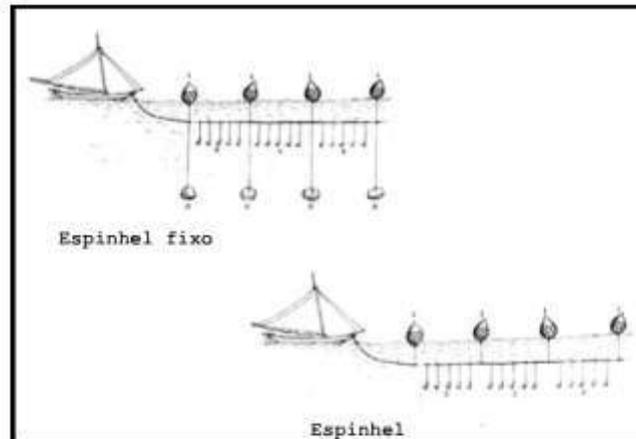
a **PESCADA AMARELA** (*Cynoscion acoupa*)

APETRECHOS DE PESCA

Os pescadores utilizam diversos métodos para capturar os peixes. Na Z-10 se destacam DOIS:

ESPINHEL

O espinhel é composto de uma sequência de anzóis destinados a fisgar peixes, pendurados por fios presos por uma grande corda que os sustenta.

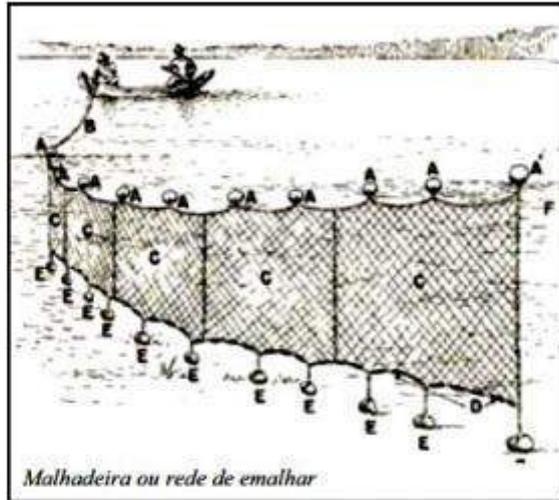


Os fios que prendem os anzóis são denominados *filames*. Este apetrecho é utilizado em diversas regiões do Brasil, sofrendo variações quanto ao distanciamento entre anzóis, embarcações utilizadas e espécies capturadas.

Este método é bastante utilizado entre os pescadores que vivem naquelas ilhas que fazem parte da Z-10.

REDE DE EMALHAR

A sua composição é de uma única parede de malha uniforme, de modo que os peixes fiquem presos pela cabeça. A pesca com esse tipo de equipamento ganhou espaço na atividade pesqueira, por causa da imensidão das nossas águas.



Malhadeira ou rede de emalhar

É a rede mais utilizada pelos pescadores da Z-10 e que residem em Icoaraci

Fonte: Sérgio Cardoso de Moraes, "Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca", Belém: Editora da UFPA, 2007.

A CADEIA PRODUTIVA



A gente quase nunca reflete sobre o longo caminho que as coisas fazem para chegar até nós...



Um peixe, por exemplo, passa por muitas etapas até chegar à nossa mesa!

Vamos conhecer quem são as pessoas envolvidas nesse processo todo?

PESCADOR

Esse nós conhecemos bem. É ele quem vai usar os apetrechos de pesca para capturar os peixes de nossos rios e mares.

PATRÃO

Pescar custa caro. O pescador muitas vezes não tem condições de arcar com despesas como alimentação e combustível para vinte dias de viagem, por exemplo. O patrão é quem vai custear tudo isso.

BALANCEIRO

Como o próprio nome diz, o balanceiro trabalha pesando os peixes que são desembarcados e negociando o valor deles conforme as exigências de mercado.

ATRAVESSADOR

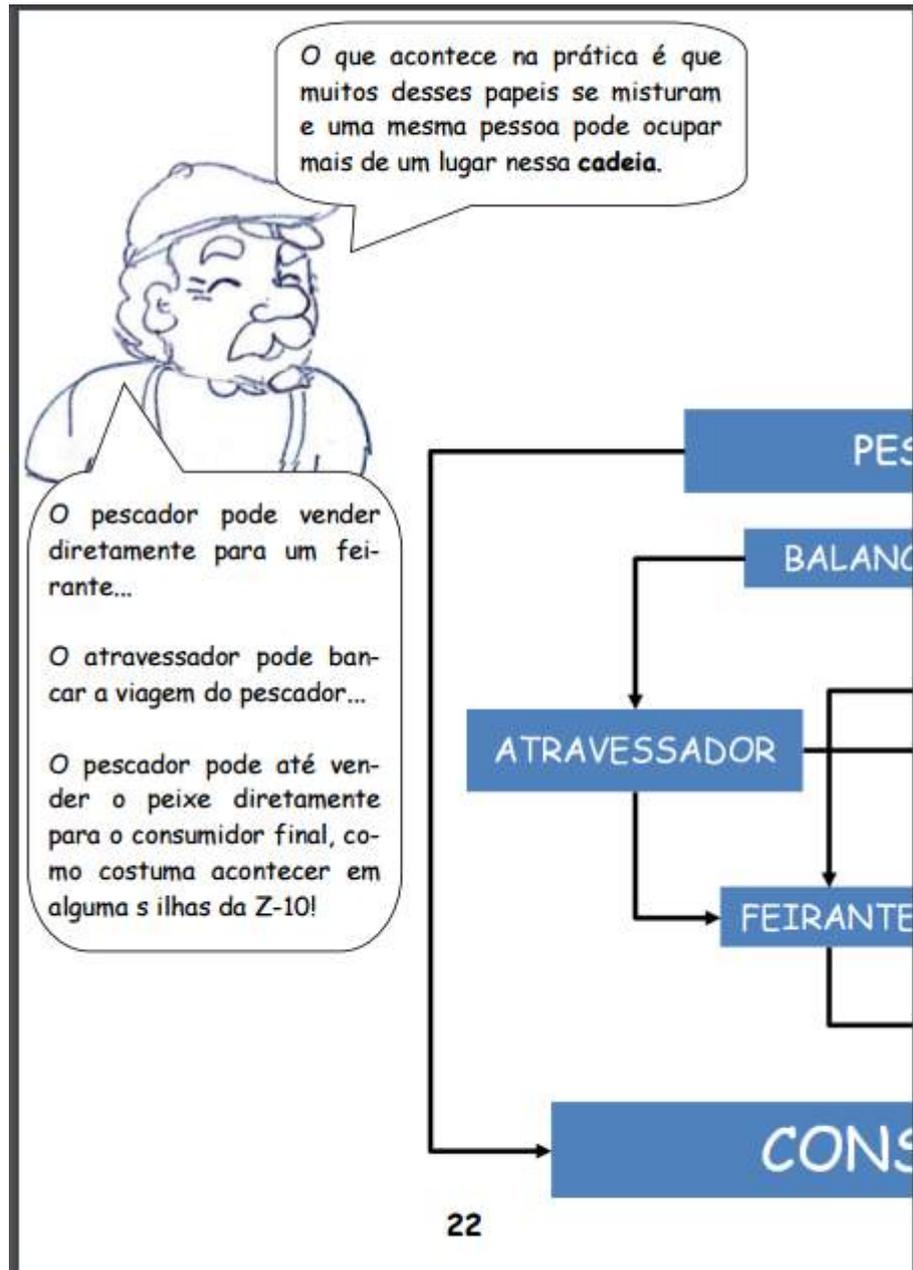
O atravessador conduz toneladas de peixes desde o seu ponto de desembarque até diversas localidades da cidade.

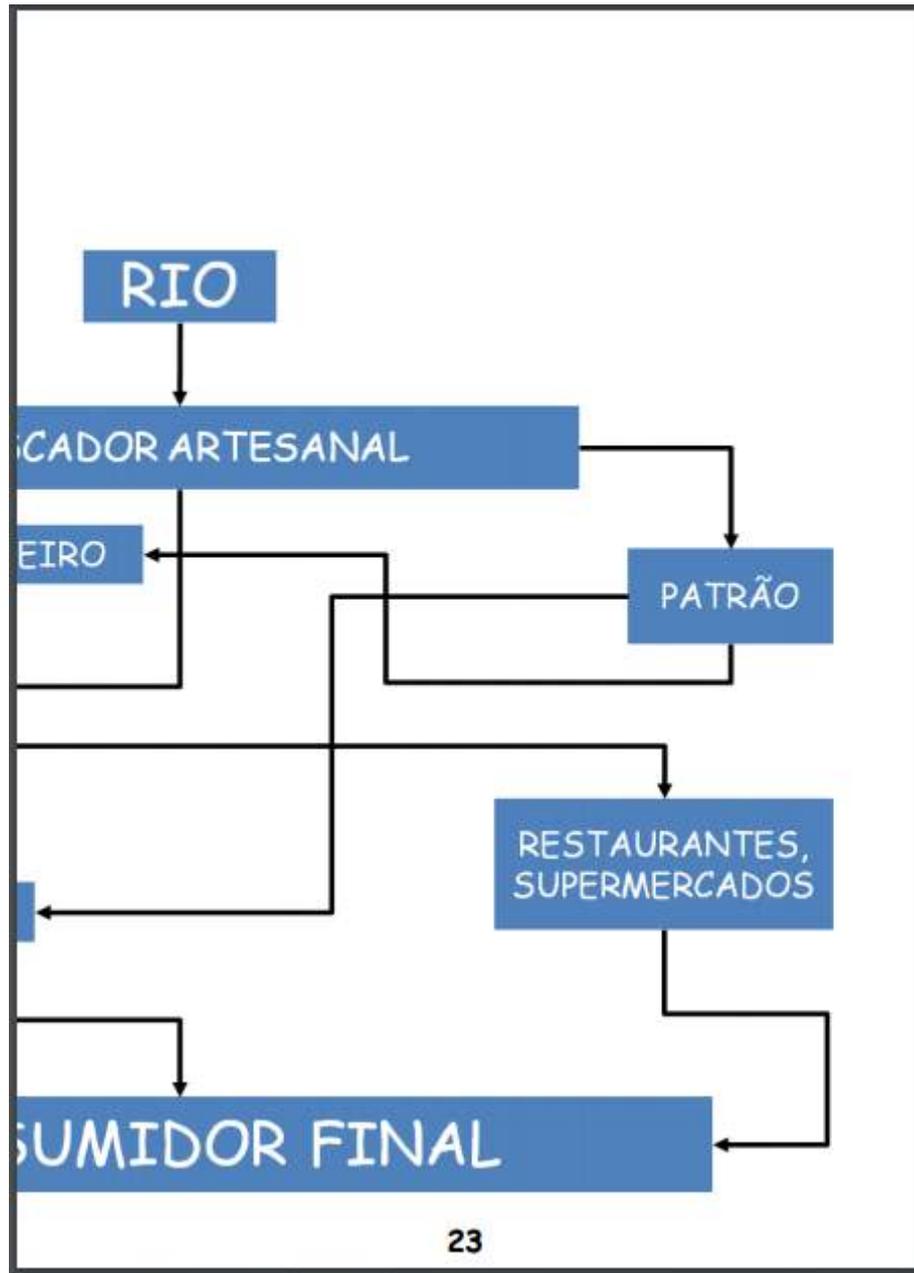
FEIRANTE

Trabalha nas feiras livres e mercados da capital. Revende o peixe de diversas formas: filé, salgado ou fresco.

CONSUMIDOR FINAL

Eu, você e todos aqueles que levam o peixe para casa!





PARA ONDE VAI?

Se o próprio pescador sempre vendesse o produto das suas pescarias diretamente ao consumidor, ele teria mais estabilidade financeira e nós pagaríamos bem mais barato para ter peixe em nossas mesas.

No entanto, não é isso que ocorre.

O pescador artesanal passa por muitos desafios e perigos no exercício de suas atividades cotidianas e em particular o pescador da Z-10 de Belém.

As dificuldades diárias enfrentadas por eles são tão acentuadas que se nenhuma ação for providenciada essa profissão será levada à extinção.



Vários fatores podem ser destacados que evidenciam a situação crítica em que eles se encontram.

O principal motivo refere-se à ineficiência e até mesmo inexistência de fiscalização direcionada para o pescador artesanal. Essa fiscalização ineficiente e até mesmo inexistente, é a geradora de um efeito em cascata no desestímulo em continuar na profissão.



A insegurança em alto mar (pirataria) e o pouco incentivo aos filhos a continuar na profissão são alguns dos motivos.

Outras desmotivações dizem respeito às más condições das embarcações e a duração cada vez maior do esforço de pesca devido a redução da quantidade de peixe disponível nos rios e mares, em consequência da concorrência desleal dos pescadores artesanais contra a pesca industrial, que captura muito mais indivíduos.

